



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Trabalho profissional

A CENTRALIDADE DO CURRÍCULO: UMA PERSPECTIVA SOBRE AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

GREYSSY KELLY ARAUJO DE SOUZA¹

VICTORIA LEAL ALVES²

RESUMO:

O estudo analisa as questões étnico-raciais na formação em Serviço Social, com base nas diretrizes curriculares da profissão. Os resultados indicam a necessidade de integrar o debate nos projetos pedagógicos dos cursos, incorporando de forma ampla e transversal epistemologias que incluam e localizem os povos negros e originários nos eixos de fundamentos da profissão.

Palavras-chave: Étnico-racial; Currículo; Formação. Profissional; Fundamentos. Serviço Social.

ABSTRACT:

The study analyzes ethnic-racial issues in Social Work training, based on the profession's curricular guidelines. The results indicate the need to integrate the debate into the pedagogical projects of the courses, incorporating epistemologies in a broad and transversal way that include and locate black and indigenous peoples in the fundamental axes of the profession.

Keywords: Ethnic-racial; Curriculum; Professional Training; Foundations. Social Work.

INTRODUÇÃO

Pensar a formação profissional tem sido um movimento indispensável para o Serviço Social em toda sua história. A preocupação em formar profissionais críticos e comprometidos política e eticamente é fruto da luta histórica da categoria profissional, com destaque ao

¹ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

² Universidade Federal do Amazonas



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Movimento de Reconceituação que ocorreu com influência de fatores endógenos e exógenos à profissão. Nesse sentido, foi nos anos finais da autocracia burguesa (Netto, 2005) que se iniciou o processo de construção de uma nova proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS), atualmente ABEPSS.

A redefinição do projeto profissional foi, entre outras coisas, basilar para o entendimento do significado social da profissão enquanto “especialização do trabalho coletivo, inserido na divisão social e técnica do trabalho” (ABEPSS, 1996). Desse modo, a proposta de currículo mínimo, iniciada pela antiga Associação Brasileira de Ensino do Serviço Social ABESS em 1979, aprovada em 1982 pelo Conselho Federal de Educação e implementado pelas instituições de ensino a partir de então, possibilitou que ocorressem mudanças substanciais na discussão histórica, teórica, metodológica e técnica do Serviço Social (Rocha, 2014).

A partir dos anos de 1994 e 1996, ocorreram discussões sobre as Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social que resultaram na revisão e aprovação de novas orientações para o currículo profissional. Visto que, “o trato rigoroso da questão social e de suas particularidades na realidade social, o trabalho e a ética, em uma perspectiva ontológica, se expressam em eixos transversais para a compreensão das diretrizes curriculares, categorias assentadas em uma perspectiva crítica e dialética.” (ABEPSS, 1996).

No âmbito da formação em Serviço Social, a partir da atual Diretriz para o Currículo do Curso, observa-se que a temática das relações étnico-raciais foi inserida no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórico da Sociedade Brasileira (Rocha, 2014). No entanto, tal discussão só passou ao centro dos debates anos depois com a criação de um Grupo de Trabalho, denominado GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sustentabilidade, realizados em 2014. A criação deste grupo foi motivada pela ausência do ensino dessas temáticas dentro dos currículos, seminários e encontros de assistentes sociais. Neste processo, destaca-se também a construção de uma cartilha denominada “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo” organizada pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) em 2016, com atualização no ano de 2021.

O que se constata, no entanto, é que apesar da questão étnico-racial ser parte estrutural e estruturante da dinâmica social, o Serviço Social manteve por décadas a discussão e o reconhecimento de forma velada, sob um prisma moralista e sobre influência do mito da democracia racial, tornando negros (as) “[...] alvo prioritário das caridades do Estado, especialmente no que compete à Assistência Social” (Idem, 2018, p. 518). Ainda cabe destacar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

que, apesar do avanço da categoria profissional na indicação da inclusão da temática nos currículos, o debate se aproxima mais do tema racial do que do étnico, revelando ainda o desafio para compreender a relevância e incorporar epistemologias e as vozes dos povos originários na nossa formação, conforme estudos de Azevedo (2023).

Nesta direção, além da introdução e conclusão, o presente artigo está estruturado em três momentos. O primeiro momento aborda a questão étnica racial e o Serviço Social no Brasil, com o intuito de apresentar a intrínseca relação entre a temática e a profissão; o segundo destaca os fundamentos do serviço social e a questão étnico-racial na formação profissional, onde há um diálogo em como essa questão se relaciona com a formação; o terceiro destaca o projeto político-pedagógico no curso de serviço social apresentando um sucinto debate teórico sobre currículo, seu conceito e sua importância, bem como as Diretrizes Curriculares de Serviço Social e as relações étnico-raciais; e por fim, nas conclusões evidenciamos que apesar de muito já se ter avançado a busca pela efetivação de uma formação que descortine a temática étnico-racial em sua formação é um desafio do tempo presente.

1. A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO BRASIL

A formação da sociedade brasileira mantém raízes amargas no genocídio, escravismo e racismo dos povos originários e de milhões de “[...] sudaneses, guienos-sudaneses, muçulmanos e bantus, sequestrados pelos portugueses e trazidos à força para o Brasil, já não mais como pessoas e sim como mercadoria [...]” (Goes e et. al., 2018, p. 03). Segundo Oliveira (2021), apesar do etnocentrismo marcante nas relações sociais estabelecidas nestas terras “[...] as relações com a África marcaram e marcam o desenvolvimento da sociedade brasileira desde os primeiros tempos coloniais [...]” (p. 205). Nesse sentido, de acordo com Rodrigues (2021), foi à negritude que estruturou com a sua luta, trabalho e suor os alicerces econômicos da nossa civilização e independência, sendo o racismo parte fundamental do processo que tornou e mantém o sistema capitalista (Callinicos, 1993), que até os dias de hoje se apresenta como base das relações sociais brasileiras.

Clóvis Moura (2014), em sua obra “Dialética Radical do Brasil Negro”, aponta que o racismo abrange à gênese do capitalismo brasileiro, destacando que este se desenvolve e potencializa a partir das estruturas de opressão racial. Nessa perspectiva, em vista a uma análise histórica, estudos realizados por Silva e Fagundes (2022, p. 224) destacam sobre a particularidade latino-americana, especificamente no Brasil o processo histórico de formação



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

social apresenta singularidades. De acordo com os autores, no Brasil as relações entre o capital e o trabalho estiveram alicerçadas pela superexploração do trabalho humano como fator determinante da economia no capitalismo, este que teve como base fundante e dinamizadora o racismo. Logo, o racismo, como sistema de opressão que serve ao acúmulo de capital, foi instituído desde a invasão colonial ao contrário de ser concebido apenas como traço morto ou vestígio do sistema escravista, ele foi o mecanismo regulador e dinamizador aplicado pelo imperialismo para exploração do trabalho e da vida nas colônias.

O sistema colonial do Brasil foi parte da dinâmica do capitalismo mercantil e da acumulação primitiva, sendo basilar na gênese da (re) produção do modo de produção capitalista na Europa. Assim, a produção da economia mercantil brasileira esteve submetida à metrópole portuguesa, ficando uma herança de capitalismo dependente e imperial. Moura (2014) destaca ainda que na fase mercantil o escravo foi ao mesmo tempo produtor-mercadoria e produtor de mercadoria.

De acordo com Williams (2012), a escravidão não surge a partir do racismo, mas ao contrário, o racismo é diretamente sua consequência. Assim, o racismo, buscava justificar e racionalizar a escravidão, ao passo que é necessário “[...] arrancar uma obediência mecânica como a um boi de tração ou a um cavalo de carga, exigir aquela resignação e aquela completa sujeição moral e intelectual indispensáveis para a existência do trabalho escravo” (Williams, 2012, p. 50).

Na mesma direção, Moura (1994) discute que o racismo é uma construção ideológica, que além de criar meios para justificar a escravidão em nome da expansão de nações europeias, a partir do sequestro, roubo e invasão, foi base ideológica que explicou as diversas violências cometidas contra povos negros e originários, a partir da defesa do direito de superioridade biológica, psicológica e cultural. Cumprindo seu papel ideológico, o racismo possibilitou que os povos do além-mar atingissem seus objetivos econômicos e políticos, onde, a escravidão de povos africanos foi parte da necessidade de mão-de-obra para o capitalismo mercantil.

Sobre esta questão, Márcia Eurico (2018, p. 521-522) aponta em seu texto “A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social”, que a diferença e a hierarquia acontecem com as construções de grupos raciais e suas concepções sobre outros grupos, e assim, destaca que, a gênese da hierarquia está atrelada ao processo de escravização no Brasil e se organizou com base em uma estrutura que submeteu a escravização de um grupo inteiro de indivíduos em virtude da sua origem étnico-racial negra, a partir do século

XVI. Em relação à motivação do tráfico transatlântico de seres humanos do continente africano para o Brasil, com base em Eurico (2018), o trabalho escravo fez parte de um projeto maior cuja necessidade de desbravar territórios extensos necessitava de mão de obra qualificada para o trabalho e assim, não por coincidência, foram capturados e raptados indivíduos detentores de saberes na área da agricultura fundição de ferro, extração de minérios, dentre outros.

É válido destacar que a transformação desses povos em mercadorias, é também um processo de desumanização destes, visto que a ausência da consciência é essencial para a exploração, assim entre o sistema capitalista e a ideologia racial existe uma relação necessária para a dinâmica das relações sociais e que na contemporaneidade “[...] justifica, ainda que não explique, o pauperismo de parcela majoritária da população negra brasileira (Eurico, 2018, p. 522).

O “fim” do período escravocrata representou a substituição da mão de obra controlada pelos senhores, para o Estado, a partir do que foi chamado de “liberdade” (Azevedo, 1997). Sobre esse processo abolicionista, Gorender (1982, p. 21) afirma que “[...] foi à única revolução social jamais ocorrida na história do país”, visto que em grande medida foi resolvido o problema da burguesia para a acumulação, mas manteve-se a estrutura social racista, submetendo negra (as) a inferioridade sobre todos os demais grupos sociais que compõe a sociedade brasileira. Logo, apesar de atender as requisições da (re) produção capitalista, o movimento abolicionista iniciado em 13 de maio de 1888, foi também fruto da organização e luta posto que homens e mulheres negras dentro e fora dos quilombos, e, de acordo com Badaró (2010), protagonizam a gênese da formação da consciência enquanto classe trabalhadora, a partir das lutas e resistência contra a escravidão.

A adoção de regimes “civilizatórios” no chamado pós-abolição, exorcizou trabalhadores (as) negros (as) da comunidade nacional, colocando-os à margem dos direitos sociais básicos (Gonçalves, 2018), desqualificando suas capacidades tanto exploradas, adotando Políticas Migratórias para atender ao novo regime de trabalho - assalariado -, pregando uma ideologia de embranquecimento social, segregando a população negra em regiões periféricas das cidades sem mínimas condições de existência, considerando-os perigosos à ordem, um problema ao desenvolvimento do país, marginalizados, explorados e silenciados.

Dessa forma, não podemos perder de vista que o desenvolvimento capitalista no Brasil ocorreu através do uso forçado da mão de obra de negros/as (Moreira, 2020), custando inclusive as suas próprias vidas. Assim, a questão social no Brasil tem no escravismo e racismo a sua



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

marca de origem, e se mantém como analisa Netto (2001) determinada pela exploração e contradição do embate entre capital e trabalho. A questão racial não é apenas uma expressão da questão social, mas sim constitutiva da relação entre o mundo do trabalho e o capital e suas refrações (Moura, 2014).

É inadmissível que o racismo histórico e estrutural seja entendido como parte do passado, já que serve aos complexos e diversificados interesses do grupo racialmente dominante no presente (Silva; Hasenbalg, 1992), ou sob o prisma de uma falsa democracia racial. Como resultado deste processo, Paixão (2003) e Rocha (2014) destacam que em indicadores de análise de desigualdades regionais, raciais e de gênero os negros aparecem em situação pior que a dos brancos. E mais ainda, que esses indicadores são quase sempre tratados de forma secundarizada, invisibilizada ou naturalizada. Este silenciamento da questão racial e étnica demonstra que o Brasil, ainda esta distante de conseguir tratar a sua história e os sujeitos que o compõem com dignidade, igualdade e justiça social.

2. OS FUNDAMENTOS DO SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A gênese do Serviço Social no Brasil está intimamente atrelada ao processo de industrialização decorrente de movimentos internos e externos que modificam consideravelmente a dinâmica da produção no país e no mundo, a partir de reformas e crises cíclicas que não alteraram a estrutura fundamental do sistema capitalista de produção. Nesse sentido, a sociedade brasileira, principalmente a classe mais pobre, composta majoritariamente por negros (as), sofre com as diversas refrações das contradições sociais geradas pela (re) produção do capital.

É nesse contexto, que há necessidade de profissionais que atuem na mediação dos diversos conflitos e questões sociais, objetivando manter um solo fértil para a venda de mão de obra e a reprodução do capital. Assim, “os (as) assistentes sociais têm nas múltiplas expressões da ‘questão social’, tais como vividas pelos indivíduos sociais, a ‘matéria’ sobre a qual incide o trabalho profissional [...]” (Iamamoto, 2014, p. 611). Nesse sentido, a fonte da atuação do Serviço Social se molda tanto pelas políticas públicas, quanto pelas lutas sociais (Idem, 2014).

Nesse ínterim, a questão racial é parte estrutural de tal dinâmica. Porém, o Serviço Social manteve por décadas a discussão e o reconhecimento da mesma, velada sob um prisma moralista e sobre influência do mito da democracia racial, tornando negros (as) “[...] alvo prioritário das caridades (e de certa dose de eugenia) do Estado, especialmente no que compete à



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Assistência Social” (Gonçalves, 2018, p. 518). Essa incidência racista na atuação de assistentes sociais está relacionada à dinâmica das relações sociais que se apresentam na sociedade (Iamamoto, 2014). No entanto, desde os anos finais da década de 70, com o início do processo de Reconceituação do Serviço Social, gestaram-se avanços significativos na profissão, principalmente em vista a uma formação comprometida e crítica que se estenda para além da aparência, em vista apreender os movimentos e fenômenos sociais a partir do que é “ser radical” do ponto de vista marxista.

Nesse sentido, se nos anos vindouros de gênese do Serviço Social, os (as) profissionais estavam sobre influências de uma perspectiva conservadora que privilegiava a permanência da estrutura social e de produção vigente fortemente marcada pelas desigualdades étnico-raciais, a partir da década de 60, com força maior no começo da década de 80, se iniciou no leito do Serviço Social o processo de luta pela ruptura com o modelo tradicional, abrindo possibilidades críticas de reflexão e análise sobre as relações de dominação e opressão sobre a classe trabalhadora (Rocha, 2014).

Esse período emblemático para a profissão marca avanços importantes no combate ao preconceito e discriminação étnico-racial, fruto de lutas coletivas, além de apresentar dilemas para a sociedade brasileira no processo de democratização, e para a profissão de Serviço Social, que é provocada a “[...] repensar suas referências teóricas e ampliar o debate para apreender os desdobramentos do racismo institucional no trabalho profissional” (Eurico, 2018, p. 517). Nessa direção, Rocha (2014) destaca que dois eventos foram de suma importância no impulso do debate da questão étnico-racial dentro da categoria profissional: a aprovação do Código de Ética do Assistente Social em 1993 e a Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social, aprovada na II Oficina Nacional de Formação Profissional em 1996.

Desse modo, a proposta de currículo mínimo, iniciada pela ABESS em 1979, aprovada em 1982 pelo Conselho Federal de Educação e implementado pelas instituições de ensino a partir de então, passou por revisão durante os anos de 1994 a 1996, possibilitando que ocorressem mudanças substanciais na discussão histórica, teórica, metodológica e técnica do Serviço Social (Rocha, 2014). Mudanças essas decorrentes da mobilização do coletivo de assistentes sociais, que trouxeram contribuições essenciais nas reflexões acerca das políticas sociais e dos movimentos sociais (Iamamoto, 1993).

A despeito da questão racial, observa-se que o Código de Ética Profissional de 1993 explicita o compromisso do Serviço Social em se manter contra todas as práticas de exploração,

sejam elas de raça, etnia, gênero, orientação sexual e de classes (Almeida, 2013), estando assim presente em cinco dos onze princípios éticos fundamentais, com destaque aqui ao princípio de número XI que diz que o “exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar [...]” (CFESS, 2012).

Cabe ressaltar que, “[...] pela primeira vez na história da profissão, a questão da não discriminação aparece como um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional do (a) Assistente Social, aprovado em 1993 [...]” (Eurico, 2018, p. 517-518). Assim, faz-se de suma necessidade que a formação profissional esteja alinhada com o Código que orienta a práxis da profissão (Moraes, 2018). Além do mais, as Diretrizes Curriculares (ABEPPS, 1996, p. 7), preveem que o estudo investigativo acerca da “[...] formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e o desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país”, visto ser fundamental a compreensão da totalidade para a prática profissional (Rocha, 2014; Oliveira, 2017).

Apesar dos princípios e diretrizes já citados, Rocha (2009) pontua que, tem se configurado desafiadora a inserção da temática étnico-racial no processo de formação profissional de serviço social, e, portanto, na consolidação do Projeto Ético-Político da profissão, tendo em vista diversos fatores que permeiam o Serviço Social. Dias (2015) aponta que alguns entraves ocorrem em virtude da pouca produção teórica acerca da temática e incipiente apropriação do Serviço Social em suas discussões, tratando as relações raciais e étnicas como questões secundárias na formação profissional. Oliveira (2017) destaca que quando analisados os determinantes sociais trabalhados na formação profissional, identifica-se a ausência da temática em questão.

Freire (1981) nos adverte que a cultura do silêncio é uma ferramenta, pois para o autor, a classe que domina os meios de produção a constrói para a conformação, aceitação e silêncio dos mais pobres. Logo, faz com que “[...] a consciência dominada não toma suficiente distância da realidade a fim de objetivá-la e conhecê-la criticamente [...]” (Freire, 1981, p. 59). Apesar disso, sabemos que “silêncio não é um sinônimo de ausência” (Schwarcz, 2001, p. 52). O silenciamento e invisibilidade de negros (as) não está restrito ao Serviço Social, visto que o Brasil tende desde o início de sua história a criar essa dinâmica, porém, cabe aos assistentes sociais “[...] pensar nas especificidades dessa história brasileira, que fez da desigualdade uma etiqueta e da discriminação um espaço não formalizado” (Schwarcz, 2001, p. 36).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Constata-se que temos avançado na discussão teórica e prática do serviço social ao longo dos anos, visto que no ano de 2014 foi realizado o GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade, realizado em 2014, motivado pelos entraves já destacados e pela ausência do ensino dessas temáticas dentro dos currículos, seminários e encontros de assistentes sociais. Já em 2016, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), organizou as cartilhas sobre “Assistentes Sociais no combate ao racismo”, com atualização no ano de 2021, objetivando ser “[...] uma espécie de registro histórico para assistentes sociais dos presentes e futuras gerações [...]” (p. 7), concretizando a existência de normativas que devam vir a nortear a práxis profissional (Oliveira, 2017).

Nesta conjectura, ao analisar a qualificação profissional comprometida e de qualidade, é imprescindível reconhecer a relevância da presença da população negra não como um resquício do passado, mas como um fator presente e essencial para a compreensão dos aspectos estruturais e estruturantes da formação sócio-histórica brasileira. Esses aspectos são fundamentais para a análise e resposta às manifestações da questão social, assegurando assim que o trabalho desenvolvido pelo(a) assistente social esteja em conformidade com os princípios antirracista e emancipatório que fundamentam o projeto ético-político da profissão.

3. CURRÍCULO E PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NO SERVIÇO SOCIAL

Partimos do entendimento de currículo não como mero documento de orientação pedagógica, mas sim a partir da concepção de construção cultural, social, histórica e socialmente determinada (Moreira, 2011). Nessa perspectiva, o currículo tem função social, uma vez que “[...] altera as relações concretas do cotidiano escolar, tendo a implicação da construção de novos significados históricos e sociais do conhecimento [...]” (Paula, 2019, p. 8). Pode-se dizer então que, o currículo não é um simples processo de construção de conhecimento e conteúdo, possui um caráter histórico-político e se realiza a partir de relações sociais, evidenciando assim esforços “[...] tanto para consolidar as situações de opressão e discriminação a que certos grupos sociais têm sido submetidos, quanto por questionar os arranjos sociais em que essas situações se sustentam [...]” (Santana, et al., 2011, p. 6).

No entanto, a escola brasileira (re) produziu e (re) produz procedimentos didáticos e pedagógicos descomprometidos e omissos sobre a questão étnica e racial, apresentando a história da cultura desses povos frequentemente homogenizada configurando esse processo educacional pautado em processos que excluem não apenas a população negra, mas também



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

mulheres, povos originários, gays, deficientes físicos, entre outros (Paula, 2019). Isso ocorre, mesmo após legislações e tipificações já aprovadas na sociedade brasileira. Haja visto que no ano de 2003, com a Lei nº 10.639, que altera o artigo 26 da LDB, tornou obrigatório o ensino nas escolas de nível médio e fundamental sobre a História e Cultura Afro-Brasileira, e em 2008, foi sancionada a Lei nº 11.645, que amplia a lei anterior ao incluir também o ensino cultural e histórico dos povos originários do país (CNM, 2009).

Além disso, outro importante marco legal sobre uma educação antirracista está presente na Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004, do Conselho Nacional de Educação que diz no seu artigo 1º que a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, “deve ser observada pelas Instituições de ensino, que atuam nos níveis e modalidades da Educação Brasileira”, especialmente em espaços que privilegiem formação inicial de continuada de docentes (CNE, 2004, p. 1).

Ressalta-se que apesar do texto das legislações se destinarem ao ensino primário e secundário, as requisições de tais leis e normativas refletem-se também ao ensino superior, principalmente no que concerne a formação de professores (as) e de profissionais que atuam na política educacional. Nesse cenário, de acordo com Paula (2019) essas transformações na educação coincidem com os princípios fundamentais do código de ética, assim como as diretrizes profissionais. Diante disso, o currículo expressa uma direção social, constituindo como um campo de disputas, que durante os pouco mais de oitenta anos de Serviço Social no Brasil manifestou diferentes projeções que contestaram hegemonia da direção intelectual e política da profissão (Cardoso, 2016).

Tendo em vista essas questões, o documento de base curricular aprovado pela ABEPSS em 1996, defende a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa destacando entre outras questões, que é preciso uma apreensão crítica do processo histórico como totalidade, bem como a investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país (ABEPSS, 1996, p. 62).

Assim, como destaca Rocha (2014), tais diretrizes buscam um novo perfil profissional, bem como à superação da fragmentação que se fazia presente até então nos currículos do curso, a partir da organização curricular pelo tripé de conhecimentos formados pelos núcleos de fundamentação profissional teórico-metodológico da vida social, da formação sócio-histórica da

sociedade brasileira e do trabalho profissional. Netto (1999) aponta que ocorre no âmbito da profissão um redimensionamento, objetivando a construção de um novo perfil profissional, esse que vislumbra assistentes sociais com capacidades teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, que apreenda e interprete a realidade social a partir do entendimento da totalidade.

À vista disso, no que se refere a questões étnico-raciais no currículo de 1996, observava-se que essa discussão está inserida no Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórico da Sociedade Brasileira, posto que a análise desse braço da tríade curricular deva se ater a apreensão dos movimentos e processos que permeiam o capitalismo no Brasil, contemplando assim as questões pertinentes às desigualdades sociais, questões de classes, gênero, raça e etnia. Além disso, as diretrizes curriculares apontam que o tratamento dado a tais questões deve ser apresentado como conteúdos transversais na formação.

O Serviço Social tem caminhado na construção dessa dimensão analítica, visto que a maioria das universidades brasileiras, tanto privadas quanto públicas, não comportam em seus currículos disciplinas sobre a temática étnico-racial, ou ainda, apresentam-na de forma fragmentada e eletiva. Quando aparecem, está demarcada em disciplinas isoladas, muitas vezes optativas, o tema pouco aparece descrito e problematizado ao longo dos documentos de projetos pedagógico dos cursos, conforme indica estudo realizado por Alves (2023).

Nessa percepção, Santos (2016), ressalta que as disciplinas que comportem a discussão de raça e etnia, devem abordar a temática para além do período escravista, e nesse sentido, é importante que os (as) discentes possam estudar e ter acesso a esse conteúdo sob uma perspectiva crítica que pontue elementos importantes nesse processo, estes são “[...] mito da democracia racial, a exclusão social, a libertação sem políticas de inclusão social na sociedade capitalista e sem indenização pelos anos de escravidão [...]” apenas abordando esses elementos que será possível “[...] entenderemos como o racismo permeia a sociedade e dificulta o acesso dos afrodescendentes aos seus direitos, o que resulta em enormes índices de desigualdades [...]” (Idem, 2016, p. 46).

Por fim, vale dizer que a temática racial não se restringe apenas a negritude e suas diásporas, mas também aos povos tradicionais, que constantemente são impedidos de acessar seus direitos econômicos, políticos e sociais. Temática que precisa estar presente em toda a formação, de forma ampla e transversal, nos núcleos de fundamentos da profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Serviço Social enquanto profissão comprometida com a classe trabalhadora e a superação da sociedade capitalista, não pode, pois, tolerar que o preconceito e a discriminação sejam naturalizados na formação profissional. Não há mais espaço para aceitar violências como racismo, machismo, homofobia e genocídio de nossos povos, especialmente para uma profissão que propõe a construção de uma nova sociabilidade anticapitalista, que busca traçar horizontes pautados na defesa intransigente dos direitos e da liberdade, compromisso firmado com o seu projeto ético-político profissional.

O primeiro passo para a garantia de uma formação teórico-prática fundamentada em uma perspectiva antirracista, é garantir em toda a formação a construção de uma visão crítica da realidade, realidade esta que, falando de Brasil, não pode fugir do debate racial e étnico. Formação que resiste e avança na busca dos meios de se libertar de heranças racistas, conservadoras, tecnicistas, que a permeiam.

Como compreender a questão social no Brasil sem atentar-se para a questão racial e étnica? Como compreender a sociedade brasileira negligenciando que etnias foram massacradas, silenciadas e ainda o são até os dias atuais? Como entender as classes sociais e o universo do trabalho no Brasil sem ater-se sobre a população negra que compõe a sua base? Deveríamos, pois, nos perguntar ainda, como por mais 40 anos o mesmo serviço social que virou a mesa do conservadorismo secundarizou a questão étnico-racial?

Dessa feita, enquanto parte de um horizonte vislumbrado ainda na década de 80, o movimento realizado pelas entidades representativas, CFESS, ABEPSS, CRESS, Movimento Estudantil do Serviço Social em 1996 e com mais força a partir dos anos 2000 tem avançado e colocado a temática racial e étnica na agenda da categoria profissional, impulsionadas, sobretudo, pelas lutas do movimento negro e pelas políticas afirmativas que foram construídas durante o governo Lula.

Esse caminhar já indica que a categoria profissional admite e se interessa pela junção da luta antirracista e anticapitalista na formação profissional e no fazer da profissão. O grande desafio que enfrentamos se coloca na materialização dessa agenda, bem como a luta pela materialização do nosso projeto ético-político, este que traz no seu centro o princípio ético de não discriminar, não ser discriminado, da realização de uma prática profissional democrática em prol da equidade e da justiça social.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Prova disto é que, em 2014 foi debatido e aprovado em Assembléia da ABEPSS por unanimidade a inclusão de pelo menos 1 (um) componente obrigatório na graduação do Serviço Social que abordasse temáticas das relações sociais de raça, classe, gênero, etnia, sexualidade e geração. Compreendendo que a questão social no Brasil é mediada dialeticamente por estes elementos, tal documento sugeriu ainda 5 (cinco) pontos orientadores da formação profissional todos eles indicando: a necessidade de um debate transversal e correlacional no currículo; a inclusão de pelo menos 1 (uma) disciplina antes do estágio supervisionado; o estímulo a eventos e debates sobre as temáticas supracitadas; maior diálogo e apoio aos movimentos sociais e; por fim, a promoção de espaços de pesquisa e extensão sobre o sistema capitalista sexista, racista, patriarcal e adultocêntrico.

Através dos diálogos, análises teóricas e discussões apresentadas neste artigo buscamos colaborar com o olhar crítico sobre a interlocução entre a temática étnico-racial e o Serviço Social no Brasil. Ademais, deseja-se que as provocações deste ensaio possam incentivar outros estudos e análises voltadas aos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Serviço Social, estes que ao serem revisados possam dar a centralidade necessária a luta antirracista alinhada ao compromisso já firmado através do nosso projeto ético-político profissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: 1996. Disponível em: https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em: 19 de julho de 2022
- _____. GTP: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração, Sexualidades. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/gtpservico-social-relacoes-de-exploracaoopressao-degenero-ra- caetnia-geracao-sexualidades15>>. Acesso em: 19 de julho de 2022.
- ALMEIDA, M. S. Exercício do serviço social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física. In: Projeto ético-político e exercício profissional em Serviço Social. (Org) Conselho Regional de Serviço Social – Rio de Janeiro, 2013.
- ALVES, V. L. Questões étnico-raciais no currículo profissional de serviço social do ICSEZ/UFAM / Victória Leal Alves, Greyssy Kelly Araujo de Souza. TCC de Graduação em Serviço Social (Monografia), Universidade Federal do Amazonas. 2023 86 f.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- AZEVEDO, C. M. M. Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX. 2 ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- BADARÓ, M. M. Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: GOLDMACHER, M. (et. al). 74 (Org.) Faces do trabalho: escravizados e livres. Rio de Janeiro: Eduff, 2010.
- CALLINICOS, A. Race and class. London: Bookmarks, 1993.
- CARDOSO, P. F. G. 80 anos de formação em Serviço Social: uma trajetória de ruptura com o conservadorismo. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.127, p.430-455, set./dez. 2016.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL - CFESS. Assistentes Sociais no combate ao racismo. Brasília, 2021.
- _____. Código de Ética do Assistente Social. Brasília. Conselho Federal de Serviço Social, 1993.
- DIAS, S. A. Serviço social e a relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Brasília: Temporalis, n. 29, 2015.
- EURICO, M. A luta contra as explorações/opressões, o debate étnico-racial e o trabalho do assistente social. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 133, 2018.
- FREIRE, P. Ação Cultural para liberdade e outros escritos. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- GOES, J. C. et al. O debate da questão étnico racial no curso de serviço social da Universidade Federal de Santa Catarina. Congresso Brasileiro De Pesquisadores Negros, 10., 2018, Unberlândia. Anais X COPENE. Umberlândia, 2018.
- GOMES, N. L. Diversidade e Currículo. In: BEAUCHAMP. J et al. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. Brasília: MEC; Secretaria de Educação Básica, 2007.
- GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. R. Katál, Florianópolis v. 21. N.3, 2018, p. 514-522.
- GORENDER, J. A burguesia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- IAMAMOTO, M. V. A formação acadêmico-profissional no serviço social brasileiro. Serv. Soc. Soc, São Paulo: n. 120, p. 609-639, 2014.
- IAMAMOTO, M. V. Ensino e Pesquisa no Serviço Social: desafios na construção de um projeto de formação profissional. In: Cadernos ABESS, n. 6, set. São Paulo: Cortez, 1993.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

MENEGAT, M. Sem lenço nem aceno de adeus. Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão?. Revista Praia Vermelha, n. 18, primeiro semestre, pp. 146-177, 2008.

MORAES, G. A formação em serviço social e a questão étnico-racial: primeiras impressões sobre a formação da escola de serviço social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Uberlândia: X Copene: (Re) Existência Intelectual Negra e Ascentral, 2018.

MOREIRA, A. F. B. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: MOREIRA, A. F. B. (org). Currículo: questões atuais. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2011. p. 9-27.

MOREIRA, T. W. F. Serviço social e luta antirracista: contribuição das entidades da categoria no combate ao racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2020.

MOURA, C. O racismo como arma ideológica de dominação. Revista Princípios, São Paulo, n.34, 1994.

_____. Dialética Radical do Brasil Negro. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. Temporalis, Brasília, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.

_____. Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. Serviço Social & Sociedade, n. 84, nov. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, J. M. Serviço social e o silenciamento sobre as questões ético-raciais. SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 385-397, 2017.

OLIVEIRA, P. R. A herança africana e a construção do Estado brasileiro. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 141, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.246>. Acesso em: 30 agos. 2022.

PAIXÃO, M. J. P. Desenvolvimento Humano e Relações Raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

PAULA, A. B. Educação, racismo e serviço social: a lei 10.639 como possibilidade de construção de uma educação antirracista. XIV ENPESS: Em tempos de radicalização do capital, lutas e resistências e serviço social, 2018, Vitória. Anais da 16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social. Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

_____. Educação, racismo e serviço social: transformações nas políticas educacionais como instrumento de construção de uma educação antirracista. São Luís: XI Jornada Internacional de Políticas Públicas: Civilização ou Barbárie: o futuro da humanidade, 2019.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- AZEVEDO, P. R; “Eu vou arriscando o último palito de fósforo”: movimento indígena e quilombola e a política de assistência social no meio rural amazônico. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPA, 2023. 214 p.
- ROCHA, R. F. A Incorporação da temática étnico-racial no processo de formação em Serviço Social: avanços e desafios. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social (Departamento de Métodos e Técnicas) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014. 211 p.
- ROCHA, R. F. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. Serviço social & Sociedade, São Paulo, n. 99, 2009.
- RODRIGUES, N. Os africanos no Brasil. Bahia: Coleção Altos Conhecimentos, 2021.
- SANTANA, J. V. J. et al. Cultura, currículo e diversidade Étnico-racial: reflexões acerca dos valores civilizatórios afro-brasileiros. Colóquio Internacional, 5., São Cristovão, 2011.
- SANTOS, K. F. A população negra e a Formação Profissional em Serviço Social da Universidade Federal De Santa Catarina: Questão Racial no Projeto Político Pedagógico, a Grande Ausência. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). 2016.
- SILVA, A. P. P. O pensamento social de Clóvis Moura: relações raciais, classes sociais e a dialética radical do Brasil negro. Anais do 41º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu, 2017. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/papers-40-encontro-2/gt-30/gt28-8/10860-o-pensamento-social-de-clovis-moura-relacoes-raciais-classes-sociais-e-adialeticaradical-do-brasil-negro/file> Acesso em: 22 de abril de 2022.
- SILVA, N. V.; HASENBALG, C. A. Relações raciais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Rio Fundo, IUPERJ, 1992.
- SILVA, S. R. V. FAGUNDES, G. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. R. Katál., Florianópolis, v.25, n. 2, 2022.
- SILVA, T. T. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, T. T (Org). Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação. Petrópolis, RJ: VOZES, 2009.
- WILLIAMS, E. Capitalismo e escravidão. Trad. Denise Bottmann. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012